

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Estado de Minas Class.: 218
 Data: 30/09/85 Pg.: _____

Condenados a 81 anos os assassinos dos xacriabás

190
 Com 500 anos de atraso, representantes das várias nações indígenas do Brasil comemoraram juntos ontem, com os irmãos Xacriabás a primeira vitória contra os brancos: a condenação, a 81 anos de prisão, do grileiro Francisco Amaro e dos pistoleiros que invadiram a aldeia de Santa Cruz, no município de Itacarambi, em fevereiro do ano passado, e mataram três índios. Somente ontem após 76 horas de julgamento, foi conhecida a sentença, quando o juiz Antônio de Paula Oliveira, da 4ª Vara Federal reunido 11 horas com os jurados na sala secreta, anunciou a condenação dos réus.

Ao final dos trabalhos do mais longo júri da história da Justiça Mineira, o advogado Décio Fulgêncio, contratado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para assistir ao representante do Ministério Público Federal, o procurador Carlos Victor Muzzi, compartilhava com os índios segundo afirmava, "a alegria de estar resgatando a cultura de um povo massacrado ao longo de vários séculos". Enquanto isto, o advogado de defesa dos réus, Ariosvaldo de Campos Pires, era levado para casa por amigos, alegando não estar se sentindo bem. Desta forma ele não pode confirmar se realmente vai deixar a Advocacia, promessa feita caso seus clientes fossem condenados.



Roberto: condenado a 20 anos



Germano: também 20 anos



Sebastião: uma pena de 12 anos



Claudomiro: 2 anos e 6 meses

nos — e especialmente os indígenas, como o Conselho Indigenista, Missionário, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Comissão de Direitos

Humanos da Câmara Municipal de Belo Horizonte, a Pastoral da Terra — também se fizeram representar no julgamento.

O primeiro dia de julgamento foi dedicado apenas ao interrogatório dos cinco réus pelo juiz Paula Oliveira, depois de sorteado o Conselho de Sentença, formado por seis homens e uma mulher. Amaro e os pistoleiros negaram sempre sua participação na chacina dos índios xacriabás, ocorrida na madrugada do dia 13 de fevereiro do ano passado. Os cinco réus chegaram a afirmar que nem mesmo sabiam da existência de índios na região de Itacarambi.

Como os trabalhos se desenrolassem com lentidão, o juiz Paula Oliveira determinou que fossem levados para o fórum colchões onde os jurados pudessem descansar um pouco. Depois de pequenos intervalos, o julgamento de Francisco Amaro prosseguiu e, na terça-feira, o destaque foi o depoimento prestado pelas testemunhas de acusação e defesa, num total de cinco.

Gilmar Luiz de Oliveira e Valdir Nunes de Oliveira, sobrinho e filho do cacique Rosalino, emocionaram a platéia ao contar em detalhes os momentos de terror vividos pelos xacriabás durante a invasão da aldeia, pelos pistoleiros. Eles conseguiram escapar com vida da chacina e, sem vacilar, apontaram os réus como os autores da chacina. Gilmar lembrou o pior momento da invasão, quando os homens de Amaro obrigaram, o filho de Rosalino, José, de apenas 11 anos, a arrastar o corpo do pai pelo quintal de sua casa para eles verificassem se o cacique estava mesmo morto.

As testemunhas arroladas pela defesa — o prefeito de Itacarambi, José Ferreira de Paula, e o delegado Antônio Reis, apontados pelos índios os maiores grileiros da região — acusaram o cacique Rosalino de ser o responsável pelos conflitos de terra na reserva, de onde teria expulsado cerca de 110 famílias de posseiros. As autoridades municipais afirmaram também que Amaro não foi o responsável pela chacina dos xacriabás, que também não se preocuparam em esclarecer.

Os debates

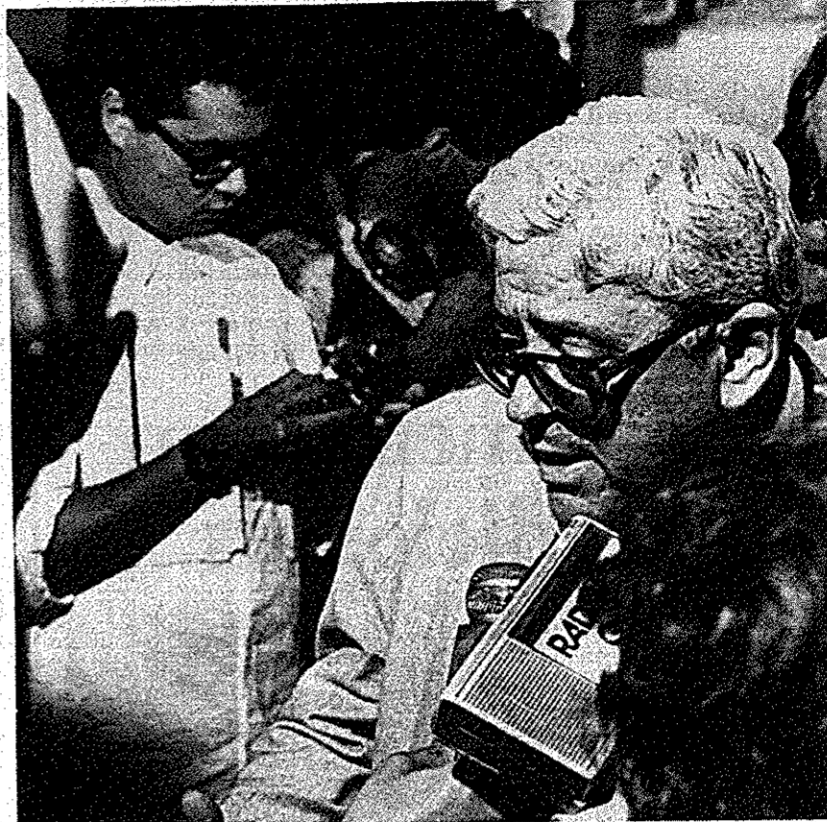
O ponto alto do julgamento aconteceu quando foi dada a palavra aos advogados de acusação para o início dos debates. O procurador Muzzi e seus assistentes o sub-procurador geral da República, José Arnaldo Gonçalves de Oliveira, e o jurista Décio Fulgêncio — apresentaram a tese da acusação em três horas. Muzzi se dedicou a apresentação das provas técnicas, enquanto Décio Fulgêncio prometia uma "bomba" para o final de sua apresentação, usando a própria argumentação de defesa para reforçar a tese da acusação.

Usando o recurso extraordinário impetrado pelo advogado Campos Pires junto ao Supremo Tribunal Federal, no qual ele questionava a competência da Justiça Federal para julgar o caso, Décio Fulgêncio leu para os jurados um trecho no qual o próprio advogado de defesa afirmava: "Julgo incompressível a aceitação deste Tribunal Federal para julgar processos de humildes roceiros que, por viverem em escaramuças com remanescentes de índios, mataram três deles". Nem mesmo o advogado Ariosvaldo de Campos Pires acreditou no que ouvia, mas estava no processo, "e só o que está nos autos, está no mundo".

A partir daí, o interesse pelos debates cresceu. Campos Pires, sozinho, apresentou por três horas a tese da defesa (negativa de autoria), demonstrando, no entanto, o cansaço de mais de 48 horas de trabalho naquela altura. Lamentou a atitude de Décio Fulgêncio, que chamou de "redicula", segundo ele, "demonstração do desespero da acusação, que não consegue encontrar provas nos autos que condenem os réus". Campos Pires pediu a absolvição por falta de provas, não antes de fazer duras críticas à Funai e ao Cimi, a quem responsabilizou pelos conflitos de terras na região.

Logo após os debates, os jurados se reuniram na sala secreta para votar cerca de 150 quesitos apresentados pelo juiz Paula Oliveira. Esta votação consumiu 13 horas. Assim, somente depois de 76 horas de trabalho é que se conheceu o resultado do julgamento, quando o juiz federal leu a sentença que condenou o grileiro Francisco Amaro e os outros réus a uma pena total de 81 anos de reclusão. A mãe do falecido cacique Rosalino, Encina Oliveira, ainda não se sentia satisfeita. "Deus é que vai julgar eles", afirmava, em sua simplicidade.

Paulo Filgueiras



O grande julgamento acaba: a imprensa cerca Décio Fulgêncio

E Décio dá primeira vitória aos indígenas

Eu sou um homem contido em minha mineiridade, um avô coruja, que encontra a paz interior lendo e no convívio com minha família, com os lindos netos que Deus me deu". Assim se definiu ontem o criminalista Décio Fulgêncio, 60 anos, algumas horas depois de abandonar vitorioso, talvez no auge de sua carreira, as dependências do Fórum Lafayette, onde durante três dias e três noites advogou a causa dos xacriabás, obtendo a condenação dos réus.

E ao deixar o Fórum não era ainda chegado o momento de o advogado gozar de um certamente merecido descanso ou comemorar mais esta vitória em sua vida de dedicação ao Direito. Suas vitórias começaram aliás quando ainda estudante de Direito da Universidade de Minas Gerais, onde se diplomou na turma de 1951. Após um ligeiro momento junto da família, o advogado olha os ponteiros do relógio e vê que é hora de ir para a Faculdade "Milton Campos", onde leciona Direito Penal.

De uma família de seis bachareiros em Direito, apenas Décio Fulgêncio exerce a profissão, uma de suas paixões desde adolescente. Seus êxitos surgiram ainda estudante, vitórias que o advogado atribui não a si mesmo mas à própria Justiça, como definiu sua atuação no caso dos xacriabás, um dos mais rumorosos, "pela expressão social que a "Chacina dos Xacriabás" encarnou".

"Foi uma vitória da Justiça", diz ele, alegando que "os índios conquistaram um espaço que é o direito de serem ouvidos e respeitados nas suas garantias individuais. Ago-

ra, os índios têm a certeza de que a sociedade dos brancos passa a vê-los como força viva de trabalho do povo brasileiro".

Mas se a vida de Décio Fulgêncio se divide entre muito trabalho, como advogado e como professor, a família, o lazer também encontra seu espaço na vida deste astucioso advogado. E é na leitura, segundo diz, que acalma seu mundo interior, revelando sua preferência pela literatura clássica portuguesa, com destaque para Eça de Queiroz.

Também no futebol o advogado encontra lazer, assistindo principalmente aos jogos do Atlético do seu coração e de toda sua família. Como advogado, sempre se colocou a serviço do clube, fazendo destacadas defesas de jogadores do Clube Atlético Mineiro.

Um propósito que sempre acompanhou o advogado foi o atendimento aos carentes, que ele admite fazê-lo com discrição e modéstia. Mas acabou revelando que dez por cento do atendimento que presta como advogado é reservado a pessoas que não têm como custear os honorários. E o faz com o mesmo empenho, enfatiza Décio Fulgêncio, para quem ganhar ou perder faz parte da vida mas se satisfaz com os resultados colhidos nos seus 37 anos de tribuna, onde quase sempre saiu vitorioso, tornando-se um dos mais competentes e sagazes criminalistas do País. Abraçado pelos índios xacriabás, Décio Fulgêncio deixa o Fórum e um seu aluno de Direito Penal reconhece: "Ele deu a primeira vitória aos índios contra os brancos".

Agílio, o delegado que pôs fim à impunidade

Paulo Filgueiras



Delegado federal Monteiro: "A Justiça está ratificando tudo"

A condenação dos acusados da Chacina dos Xacriabás deveu-se a vários fatores. Um deles, segundo admitiram os próprios acusados, foi a execução do inquérito pela Polícia Federal. Rico em provas técnicas, materiais e testemunhais, este inquérito foi presidido pelo delegado federal Agílio Monteiro Filho e neutralizou qualquer ação dos advogados de defesa dos réus. Foram dois meses de apurações em plena reserva indígena em Itacarambi, no Norte de Minas.

Locomovendo-se às vezes a pé, em lombo de burro ou num jipe da Funai, em dois dias de investigação o delegado conseguiu o indiciamento dos acusados, hoje condenados. Este trabalho, iniciado no dia seguinte à chacina, foi coordenado pelo superintendente da Polícia Federal em Minas, delegado Renato Surette, que colocou à disposição de seus policiais — o delegado Agílio e os agentes federais Fernando, Leonardo, Santana e Saulo — todo apoio logístico e material para a complementação das investigações. "O resultado do julgamento não poderia ser outro", concluem.

Fechando o cerco

Fazendo questão de lembrar que o trabalho da Polícia Federal não foi somente seu, o delegado Agílio Monteiro reconheceu que a condenação dos acusados contribuirá para que os crimes contra os índios diminuam. "O problema é que, antes disso, havia um espírito de impunidade vigorando. Com nossa ação determinante, mostramos que o erro é errado, e a Justiça ratificou este pensamento", explicou.

Aparentando cansaço, o delegado Agílio Monteiro contou que os depoimentos dos acusados, prestados ainda na Polícia Federal, o convenceram de suas culpas: "Não houve qualquer violação. Num papo informal, eles contaram em minúcias como praticaram a chacina contra os índios. Isto nos ajudou bastante porque, a partir daí, começamos a levantar as provas sobre o que eles haviam informado".

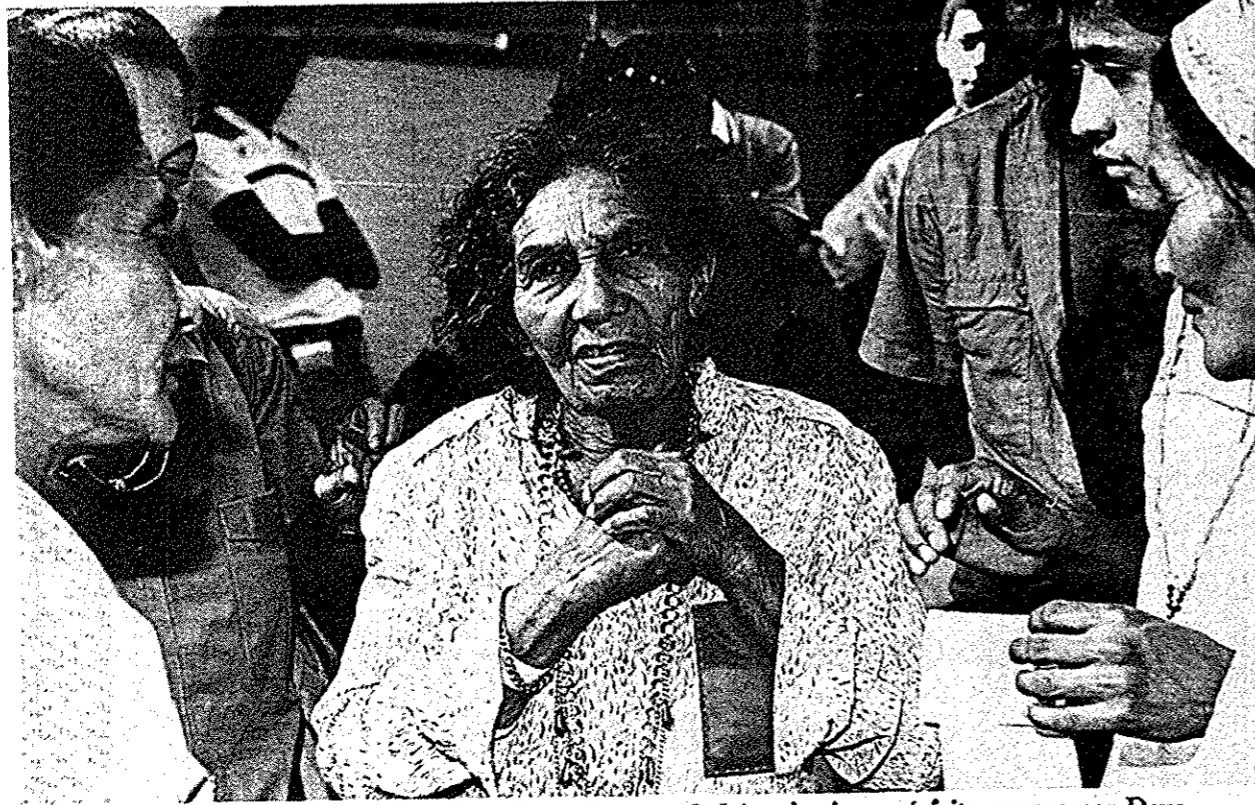
Agílio Monteiro explicou ainda que, logo após a chacina, foi designado para presidir o inquérito. Acompanhado dos quatro agentes federais, ele seguiu para a reserva Xacriabá, onde ficou dois meses sem qualquer contato com a família. Para o delegado, o trabalho foi exausti-

vo, "mas compensou pela qualidade e pelo resultado final".

Recebidos com descaço pelos acusados, que tinham o controle da situação na região de Itacarambi, em dois dias de investigação os agentes federais conseguiram os indícios para identificar os responsáveis pela chacina. "Nós ouvimos os índios e possuímos e ficamos assustados com a tranquilidade dos acusados. Eles foram reconhecidos e não se mostravam preocupados com isto. Chegavam até a ironizar a morte dos índios", lembra Agílio Monteiro.

Com o indiciamento dos acusados, o delegado obteve a prisão preventiva deles em tempo recorde, uma semana após a chacina. "Contamos com toda infraestrutura necessária para isso. Quando precisamos nos locomover com maior agilidade, tivemos o apoio do então presidente da Funai, Romero Jucá, e do superintendente da PF em Minas, dr. Surette. Isto nos possibilitou reunir maior quantidade de provas".

Acompanhando diariamente o julgamento dos acusados, o delegado se mostrou satisfeito com a condenação deles, afirmando que era o reconhecimento do trabalho da Polícia Federal. "que se esforçou ao máximo para não deixar margem de dúvidas sobre quem eram os criminosos".



Encina, mãe do cacique Rosalino. Para ela, a verdadeira justiça será feita apenas por Deus